

# *Superior Tribunal de Justiça*

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.553.577 - MS (2019/0219062-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**AGRAVANTE** : **JOSÉ HUMBERTO OLIVEIRA DE JESUS - ESPÓLIO**  
**REPR. POR** : **IRACY MARIA DA CONCEICAO SILVA ALBRES -**  
**INVENTARIANTE**  
**ADVOGADOS** : **JADER EVARISTO TONELLI PEIXER - MS008586**  
**CINTHIA DOS SANTOS SOUZA - MS017141**  
**AGRAVADO** : **BANCO PECÚNIA S/A**  
**ADVOGADOS** : **HEITOR EVARISTO FABRICIO COSTA E OUTRO(S) -**  
**SP023569**  
**RICARDO NEVES COSTA - MS011060**  
**FERNANDO CÉSAR VERNEQUE SOARES - MS015963**  
**RAPHAEL NEVES COSTA - MS012178**

## **EMENTA**

*AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. REVISÃO DE CONTRATO BANCÁRIO. DECISÃO QUE INADMITE O RECURSO ESPECIAL COM BASE NO ART. 543-C, § 7º, I, DO CPC/1973. INTERPOSIÇÃO DE AGRAVO DO ART. 1.042, CAPUT, DO CPC/2015. ERRO GROSSEIRO. CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS. PACTUAÇÃO. JUROS ANUAL SUPERIOR AO DUODÉCUPLO DO MENSAL. HARMONIA COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. REEXAME. SÚMULAS 5 E 7/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.*

## **DECISÃO**

Vistos etc.

Trata-se de agravo em recurso especial interposto por JOSÉ HUMBERTO OLIVEIRA DE JESUS - ESPÓLIO contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul que inadmitiu o seu recurso especial manejado em face do acórdão, assim ementado:

*E M E N T A – APELAÇÃO CÍVEL – REVISIONAL DE CONTRATO BANCÁRIO – JUROS REMUNERATÓRIOS – INAPLICABILIDADE DA LEI DA USURA E DAS DISPOSIÇÕES DO CÓDIGO CIVIL – POSSIBILIDADE DE LIMITAÇÃO EM CASOS EXCEPCIONAIS – TAXA PACTUADA MUITO SUPERIOR À TAXA MÉDIA DE MERCADO – ABUSIVIDADE*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*DEMONSTRADA.*

*CAPITALIZAÇÃO EM PERIODICIDADE INFERIOR À ANUAL – LEGALIDADE – QUESTÃO DECIDIDA PELO STJ EM RECURSO REPETITIVO.*

*1. É abusiva a taxa de juros remuneratórios pactuada em percentual muito superior à taxa média praticada no mercado na época da contratação.*

*2. A previsão no contrato bancário de taxa de juros anual superior ao duodécuplo da mensal é suficiente para permitir a cobrança da taxa efetiva anual contratada.*

*Recurso conhecido e parcialmente provido.*

Os embargos de declaração foram rejeitados. (e-STJ fl. 206/209)

Em suas razões, a recorrente aponta violação aos artigos 39, 46, 47, 54, 51 e 54 do Código de Defesa do Consumidor, sustentando que a capitalização de juros seja aplicada de forma anual.

Sem Contrarrazões ao recurso especial e-STJ fls. 318, sobreveio juízo negativo de admissibilidade do Tribunal de origem, às fls. 320/326 e-STJ, o que ensejou a interposição do presente agravo.

É o breve relatório.

Passo a decidir.

A pretensão recursal não merece prosperar.

Inicialmente, friso que o presente agravo foi interposto contra decisão publicada na vigência do Novo Código de Processo Civil (e-STJ Fl. 210), de maneira que é aplicável ao caso o Enunciado Administrativo n. 3 do Plenário do STJ, segundo o qual "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

Nesse passo, a interposição do agravo do art. 1.042, *caput*, do CPC/2015 contra decisão que não admite o recurso especial com fundamento no art. 543-C, § 7º, I, do CPC/1973, constitui erro grosseiro, conforme entendimento da Terceira Turma do STJ:

*PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INTERPOSIÇÃO CONTRA DECISÃO PUBLICADA NA VIGÊNCIA DO CPC/2015. 1. IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA*

DECISÃO AGRAVADA (CPC/2015, ART 932, III). NECESSIDADE. 2. PARTE DO RECURSO ESPECIAL NÃO ADMITIDA NA ORIGEM PORQUE AS MATÉRIAS FORAM JULGADAS SEGUNDO O RITO DO ART. 543-C DO CPC: TAXA DE JUROS REMUNERATÓRIOS CONTRATADOS. CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS. NÃO CABIMENTO DO AGRAVO NESSES PONTOS (CPC/2015, ART. 1.042). 3. PREVISÃO LEGAL EXPRESSA. ERRO GROSSEIRO. CARACTERIZAÇÃO. 4. RECURSO CONHECIDO APENAS QUANTO À ALEGADA VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/73. MÉRITO. AFASTAMENTO. 5. AGRAVO PARCIALMENTE CONHECIDO PARA, NESSA EXTENSÃO, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL. MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ART. 85, §§ 8º E 11, DO CPC/2015.

**1. Com o advento do Código de Processo Civil de 2015 passou a existir expressa previsão legal no sentido do não cabimento de agravo contra decisão que não admite recurso especial quando a matéria nele veiculada já houver sido decidida pela Corte de origem em conformidade com recurso repetitivo (art. 1.042, caput). Tal disposição legal aplica-se aos agravos apresentados contra decisão publicada após a entrada em vigor do Novo CPC, em conformidade com o princípio tempus regit actum.**

**2. A interposição do agravo previsto no art. 1.042, caput, do CPC/2015 quando a Corte de origem o inadmitir com base em recurso repetitivo constitui erro grosseiro, não sendo mais devida a determinação de outora de retorno dos autos ao Tribunal a quo para que o aprecie como agravo interno.**

**3. Não se configura ofensa ao art. 535 do CPC/73 quando o Tribunal de origem, embora rejeite os embargos de declaração opostos, manifesta-se acerca de todas as questões devolvidas com o recurso e consideradas necessárias à solução da controvérsia, sendo desnecessária a manifestação pontual sobre todos os artigos de lei indicados como violados pela parte vencida.**

**4. Agravo parcialmente conhecido para, nessa extensão, negar provimento ao recurso especial, com majoração dos honorários advocatícios, na forma do art. 85, §§ 8º e 11, do CPC/2015. (AREsp 959.991, Rel. Min. MARCO AURÉLIO BELIZZE, Terceira Turma, j. 2/8/2016, DJe 25/8/2016) - g.n.**

Assim, dispõe o art. 1.030, § 2º, do CPC/2015 que, uma vez negado seguimento ao recurso especial na instância *a quo* ante a conformidade do

# *Superior Tribunal de Justiça*

entendimento exarado pelo acórdão recorrido com o firmado em julgamento repetitivo por este Tribunal Superior, a irresignação da parte deve se dar por meio de agravo interno, previsto no art. 1.021 do CPC/2015.

De toda sorte, ainda que assim não fosse, sobre a capitalização mensal dos juros, o Tribunal de origem, após exame do conjunto fático-probatório acostado aos autos, concluiu:

*O contrato em análise foi celebrado pelo autor após a entrada em vigor da MP 2.170-36/2000. Ademais, a taxa de juros anual prevista na avença supera o duodécuplo da taxa de juros mensal, sendo esta indicação suficiente para permitir a cobrança da taxa efetiva anual contratada.*

*Desse modo, havendo contratação capitalização dos juros, não está configurada nenhuma ilegalidade, na linha da orientação jurisprudencial que restou assentada pelo Superior Tribunal de Justiça.*

Segundo o entendimento consolidado pelo Superior Tribunal de Justiça, sob o rito do art. 543-C do CPC/73: *"É permitida a capitalização de juros com periodicidade inferior a um ano em contratos celebrados após 31.3.2000, data da publicação da Medida Provisória n. 1.963-17/2000 (em vigor como MP 2.170-36/2001), desde que expressamente pactuada"; "a capitalização dos juros em periodicidade inferior à anual deve vir pactuada de forma expressa e clara. A previsão no contrato bancário de taxa de juros anual superior ao duodécuplo da mensal é suficiente para permitir a cobrança da taxa efetiva anual contratada"* (REsp 973.827/RS, Rel. p/ acórdão Min. MARIA ISABEL GALLOTTI, DJe de 24/9/2012).

Desse modo, não merece reforma a decisão combatida, tendo em conta o quanto disposto no enunciado 83/STJ e, ainda, nos enunciados 5 e 7/STJ.

Advirto que a oposição de incidentes manifestamente descabidos dará azo à aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

**Ante o exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Considerando o disposto no § 11 do art. 85 do CPC/2015, majoro os

# *Superior Tribunal de Justiça*

honorários advocatícios, originalmente fixados em 10% (e-STJ, fl. 191), para 12% (doze por cento) sobre o valor da causa, observada a suspensão da sua exigibilidade em virtude da concessão da assistência judiciária gratuita.

Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO

Relator

